
NAÇÃO, IDENTIDADE DE GÊNERO E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DO “PENSAMENTO AUTORITÁRIO” DE ALBERTO TORRES

Jean Carlo de Carvalho Costa¹
Simone Vieira Batista²

INTRODUÇÃO

Perseu precisava de um capacete da invisibilidade para perseguir os monstros. Nós puxamos o capacete mágico a fundo sobre nossos olhos e orelhas, para podermos negar a existência de monstros.
(Karl Marx)

A escrita deste artigo aborda questões relativas ao pensamento autoritário de Alberto Torres, que serve para o entendimento da construção do discurso nacionalista brasileiro nas primeiras décadas do século XX e a constituição das identidades de gênero. O que se pretende em um primeiro momento é avaliar como a nação é construída discursivamente como identidade monolítica, partindo do conceito de uma cultura nacional (HALL, 2003). Em seguida, pretende-se identificar as contradições que estão circundadas por essa idéia essencializada de nação, particularmente aquelas referentes às identidades gendradas, ou seja, construídas a partir das diferenças de gênero.

A nacionalidade vista aqui é entendida como uma construção, e como tal, implica tanto a observação de sua historicidade e narratividade como também o inventário de tal projeto. A abordagem de gênero apóia-se na perspectiva de gênero como relacional (SCOTT, 1995), logo nesse estudo, consideraremos que as identidades de gênero se dão a existir a partir de investimentos e jogos lingüísticos que constroem representações e lhes dão sentido simbólico.

Destarte, o processo de constituição de identidades - nacional e de gênero - ocorre a partir da participação, das formas de pertencimento e trajetórias sociais e podem variar de contexto a contexto e de momento a momento, ou seja, o processo de constituição de identidades é um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas, na dinâmica das relações sociais historicamente datadas, constroem os termos a partir dos quais compreendem as situações e objetos a sua volta.

Nesse sentido, o artigo ora apresentado, tem por objetivo caracterizar o panorama intelectual do período em que Alberto Torres empreendeu uma análise da realidade brasileira, demonstrando como o nacionalismo do autor se caracteriza por um viés sexista, cujo padrão da brasilidade ratifica estereótipos modelares para o brasileiro (trabalhador, viril, honesto, pai de família etc.) e para a brasileira (esposa fiel, mãe de família, compreensiva e dedicada ao lar etc.).

Nossa análise adota a perspectiva construcionista social (RORTY, 1979) ao considerar o discurso uma *prática social* em si, adquirida pelo ser humano em função de sua filiação - sentimento de pertença- a determinados grupos sociais, ou seja, seu *habitus* (BOURDIEU, 1983) e o imaginário social como um conjunto cumulativo de conhecimentos que circulam numa dada sociedade, num curso histórico, sob as mais variadas formas: religião, arte, política, ciência, etc.

ALBERTO TORRES E AS NARRATIVAS DA NACIONALIDADE

Nos primeiros anos do século XX, prevalecia entre as elites brasileiras um espírito de reverência ao mundo europeu que visava integrar o Brasil ao moderno mundo das civilizações. Para isto, bastaria imitar as modas, a arquitetura, os costumes e as discussões que vigoravam na Europa para o país tornar-se moderno.

Nesse contexto, os intelectuais brasileiros foram imbuídos da missão de entender, redescobrir e modernizar o país formulando “projetos de nação”. Logo, o desafio posto era delinear os contornos característicos da pretendida nova nação.

É crível que a “Nação” somente se cristaliza quando são alcançadas a independência política e a econômica. Como a cultura autóctone foi levada ao esquecimento pelo processo colonial de superposição cultural, e o modelo português de cultura alimenta o fantasma de um novo colonialismo, desta vez cultural, o “novo brasileiro/a” sente-se órfão de pátria.

Como integrante da chamada “inteligência nacional” e influenciado pelas mudanças econômicas, políticas – decepção com a República, crise do liberalismo e a etapa monopolista do capitalismo - e pelos debates ideológicos e científicos - positivismo e evolucionismo - considerados como um pressuposto legítimo necessário à apreensão da realidade e capaz de solucionar os problemas sociais, Alberto Torres irá forjar o seu “projeto nacional” bem como os instrumentos adequados às intervenções reformadoras da sociedade.

As reformas “modernizadoras” de Torres pressupõe uma análise sistemática dos problemas e desafios do país, com base na possibilidade do território para a reprodução da vida, das características da população, da trajetória histórica, das contradições geográficas e do desenho político-institucional sob a máxima “soluções brasileiras para problemas brasileiros”.

Note-se, que as idéias nacionalistas de Torres englobam um conjunto programático de atitudes que deviam ser tomadas cujas mudanças deveriam ser feitas no âmbito das leis, da política, da economia, das relações sociais entre os setores componentes de uma comunidade nacional.

Organizar a nação, considerada, então, intensamente desorganizada ocorreria por meio da “criação” do Estado entendido como a corporificação da vida coletiva de um dado povo, ou seja, a desorganização, no Brasil, advinha da não-existência do Estado e da própria sociedade, que precisavam se organizar ao mesmo tempo por um processo mútuo de formação e de educação.

Em termos gerais, a base do pensamento nacionalista de Torres era a potencialização e a organização rígida do Estado e do governo por meio de um Poder Coordenador cujo papel era controlar todas as esferas da sociedade.

Destarte, só o Estado poderia ser sujeito da transformação do país, e consequentemente, criador, construtor da Nação, ao dar partida e coordenação à organização do país. O Estado seria intérprete da mentalidade coletiva e individual, pois, segundo o autor, ao organizar a sociedade, o Estado daria condições a esta de produzir indivíduos “úteis” ao país, o que contribuiria para a viabilização das tarefas de organização (TORRES, 1982).

Demiurgo, o Estado propiciaria a existência efetiva da sociedade e, por sua vez, produziria seres humanos habilitados ao convívio e participação, dando – em última instância – forma à nação, que segundo Hall é “[...] um sistema de representação cultural que produz sentido e identificação” (p. 2003).

Logo, o projeto de nação torreano visava construir, não só a Nação e o povo, mas também os mecanismos necessários para execução de sua obra e perpetuação das condições de sua dominação; encarnando a racionalização e monopolizando a interpretação da vontade geral.

O nacionalismo, assim concebido, representaria a idéia-força da organização do país e possibilitaria o desenvolvimento do sentimento de patriotismo que deveria vingar com o estabelecimento da unidade nacional.

Para Torres, o fundamento da unidade nacional estava baseado numa concepção orgânica de sociedade, ou seja, a identidade nacional criaria a harmonia e, desse modo, amainaria e até extinguiria os choques de interesses entre os seres humanos. A fundação da unidade nacional ocorreria através da educação e do patriotismo cujo objetivo básico era evitar que as classes se defrontassem neste país que não possuía sequer povo, pois para o autor, povo pressupunha harmonização e homogeneização não econômica, social ou política, mas sim de valores e interesses cívicos, morais e patrióticos.

Destarte, o discurso nacionalista propunha uma homogeneização da sociedade que ocorreria por meio da difusão de valores morais adequados às nossas necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais. Os valores referentes à harmonização e homogeneização corroboraria a idéia de consenso como forma de dissipar qualquer conflito em torno de interesses diversos.

O discurso nacionalista de Alberto Torres se funda na tradição e cria uma orientação, um sentido e uma identificação coletiva através de um imaginário comum donde emerge a consciência histórica nacional, ou seja, num sentimento moral claramente definido e plenamente divulgado capaz promover o estabelecimento da unidade de valores no indivíduo e na coletividade, para fazer “ da sociedade, um centro de cultura de elementos sãos, fortes e reprodutivos, física e mentalmente” (TORRES, 1982).

DESCONSTRUINDO DISCURSOS E CONSTRUINDO IDENTIDADES

A idéia de homogeneização é marcante em Alberto Torres, este fator expressa uma concepção de não aceitação de divergências, ao propor a criação de um corpo de valores que cortasse horizontal e verticalmente toda a sociedade e que o Estado organizasse um processo de educação para toda a população, a fim de desenvolver a “consciência nacional”.

A esta idéia de consciência/imaginário nacional, associamos a concepção de Hall (2003) sobre as comunidades imaginadas corroborando com a premissa de construção histórica da idéia de nação e, conseqüente da identidade nacional. Essa idéia de nação, por sua vez, se instaura pelas diversas narrativas contadas e recontadas sobre a nação na história, na literatura, na cultura popular, na tradição e no folclore configurando-se em construtos de alto valor simbólico e produtora de modelos estereotipados de gênero.

Partindo da perspectiva de que a nação não é um todo homogêneo organizado em torno de valores comuns e composto por uma “população homogênea”, corroboramos com

Anderson (1989) ao considerar o nacionalismo um fenômeno composto por ordenamentos culturais que imprimem marcas diferenciadas aos distintos projetos nacionais podendo sofrer alterações históricas a ponto de redefinir as construções de alteridades nacionais.

Esta reflexão nos remete ao lugar da mulher e do homem no projeto nacionalista de Torres. Para Walby (2000) o nacionalismo é um projeto que afeta homens e mulheres de maneira diferenciada. O tratamento diferenciado dado às mulheres e aos grupos raciais minoritários nos processos de formação nacional e na dinâmica da construção nacional denunciam a fragilidade de tais projetos que, mesmo defendendo os princípios de igualdade e liberdade para todos os cidadãos, naturalizaram as diferenças de gênero e raciais que transversalizam a estrutura da nação.

Mulheres e homens não partilham a mesma identidade grupal, tampouco o mesmo projeto nacional e, por essa razão, os interesses femininos e masculinos deveriam ser contextualizados, uma vez que, existia uma disputa entre os vários grupos de poder para a definição do projeto nacional e dos interesses a serem privilegiados, logo, pelo fato de as mulheres estarem à margem do poder, seja pelo direito à entrada no universo político, onde as mulheres - via de regra - não possuíam representatividade, suas vozes foram menos ouvidas que a dos homens.

Nesse contexto, o discurso nacionalista Torreano reitera a posição social do homem e da mulher, posto que a permanência na “nação” depende de um código determinado de conduta que, por ser um valor dominante, é também invisibilizado. Somente quando a mulher ou o homem tentam ir contra o que Durkheim (1975) chamou de “corrente social” é que se torna evidente o protótipo masculino e feminino exigido pelo nacionalismo de Torres.

Assim, a posição social da mulher estava atrelada à função de guardiã da nação, geralmente, associada à função reprodutora e ao útero, os elementos que irão reproduzir pessoas úteis e saudáveis e, conseqüentemente, os valores do ideário nacional.

Assim, o lugar e a participação da mulher no projeto de nação em Torres era de reprodutoras biológicas, partícipes centrais na reprodução ideológica da coletividade, transmissoras da cultura, ou seja, ao ser do sexo feminino estava reservado o domínio do privado, do lar e a família, e não o domínio da esfera pública.

Em contrapartida, o ideal de masculinidade foi modelado a partir da imagem do guerreiro medieval, esse ideal teve a influência das transformações sócio-históricas e das instituições militares que emergiram juntamente com o Estado Nacional.

O ideal de masculinidade, detalha Oliveira, trazia consigo características como poder, força, coragem, valentia, vigor, segurança, solidez, resistência, integridade, robustez, competência, atividade, eficácia e muitas outras sempre relacionadas com o ser masculino fortemente valorizadas e desejadas pela nação (2004, p. 281).

Seguindo este raciocínio, na construção do projeto nação de Torres, constatamos que o padrão de brasilidade masculina era marcado pela idealização de uma sexualidade saudável, na qual a virilidade se torna um valor a ser capitalizado, isto é, para construir uma nação forte, seriam necessários homens fortes que reproduziriam outros homens fortes. Se a nação se apresentar debilitada, o Estado deve intervir para fortalecer os homens e garantir que eles se reproduzam a contento.

Desse modo, o homem que não atendesse a tais requisitos seria considerado uma sujeira³ – que ameaçaria a estrutura patriarcal como alicerce para a construção e a segurança da nação – e, como tal, deveria ser devidamente tratada, evitada ou mesmo eliminada (BAUMAN, 1998).

Destarte, para a construção de um nacionalismo brasileiro à moda torreana era necessária a eleição de uma imagem padrão de masculinidade e feminilidade, que deveria ser observada e seguida como se esta fosse naturalmente intrínsecas ao ser brasileiro, pois “ [...] a sociedade deve ser um centro de cultura de elementos sãos, fortes e reprodutivos, física e mentalmente” (TORRES, 1982, p. 235). Logo, a exposição de uma imagem distinta/diferente desfaz esse efeito de naturalidade e afirma a possibilidade de outras imagens, outras características, o que certamente representa uma ameaça à imposição do modelo hegemônico estereotipado nacionalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os efeitos de sentidos identitários de gênero e nacionalidade, nos interstícios do discurso autoritário de Alberto Torres constatamos que a ordem almejada na construção do nacionalismo determina modelos hegemônicos de gênero, e que estes estão sob constante ameaça pela presença da não-homogeneidade dos seres humanos que integram a nação e cujas características não estão adequadas ao modelo almejado de cidadão nacional.

Destarte, esse pressuposto nos permite entender que a identidade nacional forjada por Torres não considera o contexto em que os seres humanos estão inseridos, as relações de poder e de gênero, fatores esses que são parte integrante da identidade dos seres humanos,

uma vez que, a construção identitária – gênero e nacional - é uma atividade construcionista, na qual as identidades são construída num tempo e espaço específicos e identificam os processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam e/ou compreendem o mundo em que vivem.

Concluimos que, as identidades que se formam no interior do projeto de nação torreano indicam a impossibilidade da mesma ser entendida como uma comunidade de similares, mas sim como um grupo hierarquizado a partir das diferenças de gênero, contrariando a idéia harmônica e homogênea de nação que, segundo o autor, resultaria de um amplo processo de conhecimento de nossas singularidades como povo e como nação, assim diversas áreas da vida social deveriam ser coordenadas e organizadas pelo Estado e pelo governo, e os quais assumiriam esta tarefa, no seu interior, seriam os indivíduos – intelectuais - capazes de fazer uma leitura das reais necessidades do país.

¹ Prof^o do Programa de Pós-graduação em Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPB). jeanccosta@yahoo.com.br

² Mestranda em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação (UFPB). simone_xbatista@yahoo.com.br

³ Bauman ressalta que cada tempo e cada cultura constroem seu próprio ideal de ordem (e de pureza), mas a luta contra a sujeira – mesmo esta sendo variável – é um fenômeno universal, assim como semelhantes são os métodos de *limpeza*.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989
- BAUMAN, Zigmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins, 1975.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro. DP&A, 2003.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. In: **Educação & realidade**. Porto Alegre, v.20, n.2. jul/dez, 1995. p. 71-99.
- TORRES, Alberto. **A organização nacional**. São Paulo: Nacional, 1982.
- WALBY, Sylvia. A Mulher e a Nação. In: Balakrishnan, Gopal (org.) **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.